

Resenha

Julien Zeppetella*

Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Este livro é uma coletânea de curtos artigos de diversos autores que propõe analisar as chamadas *Jornadas de Junho* (a onda de protestos que atravessou as cidades brasileiras em 2013). O título é inspirado no livro de David Harvey publicado em 2012, *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*². A coletânea apresenta 16 artigos de diversos autores brasileiros e estrangeiros (de várias áreas de atuação, indo do direito ao serviço social, passando pelas ciências sociais, história, urbanismo e geografia) e de um coletivo (o Movimento Passe Livre-SP).

O texto/manifesto do Movimento Passe Livre-SP, apresenta um histórico das lutas populares sobre o transporte coletivo no Brasil de 2003 até 2013, visto como uma luta de reapropriação do espaço urbano.

Ermínia Maricato explicita a composição desses movimentos, em sua grande maioria compostos de jovens de classe média se comunicando por meio das redes sociais dos novos meios de comunicação com reivindicações em torno de uma qualidade de vida melhor nas grandes cidades, vista como degradada devido às diversas políticas econômicas, urbanas e sociais dessas últimas décadas.

O artigo de David Harvey não se refere diretamente às chamadas *Jornadas de Junho*², mas se apresenta como um texto analítico das mudanças nas cidades repensadas pelas teorias de Robert Park e Henri Lefebvre. O primeiro autor enfatiza a mudança nas cidades por meio da liberdade do indivíduo de tornar a cidade a sua imagem e o segundo autor, mediante o direito à cidade

1 Obra ainda não traduzida em português que se insere na volta ao primeiro plano da análise de cunho marxista da questão urbana, movimento notável a partir do final da primeira década do século XXI. O próprio título do livro de David Harvey se refere ao ensaio de Henri Lefebvre publicado em 1968: *O direito à cidade*.

2 O texto sendo anterior às referidas Jornadas.

Artigo
Recebido: 30/09/2013
Aprovado: 30/10/2013

como transformação da vida urbana em si mesma. David Harvey ressalva a dificuldade de pensar as mudanças nas cidades devido à explosão da urbanização e à velocidade das mudanças. A grande maioria das cidades é confrontada à forte desigualdade, fragmentação e propícias aos conflitos, em grande parte por responsabilidade do desenvolvimento neoliberal das mesmas. São justamente esses desenvolvimentos urbanos desiguais (que seja em Nova York, São Paulo, Paris ou Mumbai) que levam ao conflito social. Sem contar que se a cidade é o lugar do direito à diferença, essa mesma diferença não é isenta de conflitualidade e pode levar à intolerância, segregação, marginalidade e exclusão. Mas como não cair na ambiguidade do direito à cidade de cada um? A resposta de Harvey vem do próprio Lefebvre, resumida pela mobilização e pela luta política e social, ou seja, através de um esforço coletivo baseado nas solidariedades sociais e não como um mero direito individual. Tarefa que se torna muito difícil no contexto da hegemonia neoliberal, onde o mercado dita suas regras.

Carlos Vainer coloca as derivas do neoliberalismo que toma conta das cidades e dos governos urbanos também como catalizador do “fogo” que se alastrou nas cidades brasileiras com uma rara unificação, resumindo a equação numa propícia fórmula: “megaeventos, meganegócios, megaprotestos”.

Para Lauro Luís Iasi, a luta seria um dos mecanismos de defesa do ego frente “as explosões cotidianas das contradições urbanas na forma de uma serialidade”. Seguindo essa ideia, as manifestações, que começaram contra o aumento da tarifa das passagens e acataram várias outras demandas, seriam simplesmente uma mudança de mediação sobre a consciência, a luta em vez da adaptação/submissão.

O curto artigo de Mike Davis não trata também das *Jornadas de Junho*³ em si. Ele retrata o absurdo trânsito dos carros particulares no sul da Califórnia como uma “guerra” atravessada por diferenças de classes sociais em função do tipo de veículo e dos grandes deslocamentos em engarrafamentos devido à inflação e expansão imobiliária. Situação que, segundo Raquel Rolnick, não é muito diferente nas cidades brasileiras.

Silvia Viana lembra que coletivos ligados à produção cultural tinham realizado manifestações nas quais a cidade achava-se em pauta por meio da ocupação de espaço como estratégia (a exemplo do ato “Existe amor em São Paulo”). Ela questiona também as categorias midiáticas de “baderna”, “manifestação” e “pacífico”.

³ Esse texto é também anterior às referidas Jornadas.

A contribuição de João Alexandre Peschanski analisa a viabilidade da gratuidade do transporte público e seus efeitos positivos sob o prisma da

agenda de transformação ecosocialista, onde devem ser incluídos custos sociais na possível substituição do uso massivo de automóveis pelo transporte público (poluição e trânsito com seus efeitos na saúde pública e na própria produtividade capitalista).

Baseando-se, sobretudo no caso carioca, Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira analisam a segregação urbana e as formas de participações populares apontando o aspecto da repressão e da violência do Estado.

Lincoln Secco enfoca o caso de São Paulo e apresenta diversos dados sobre os manifestantes e as manifestações nessa cidade. Ele também aponta a produção de temas como oriunda dos monopólios de comunicação e não da massa em si. Segundo o autor, grande parte da solidariedade aos manifestantes se deve à violência policial exercida no encontro de jornalistas e de indivíduos de classe média. Outro dado interessante é a queda do número de manifestantes em São Paulo que ocorre a partir da mudança ideológica dos protestos segundo Lincoln Secco.

A partir do exemplo dos trabalhadores de *telemarketing*, Ruy Braga interpreta as *Jornadas de Junho* sob a perspectiva da “efetivação e ampliação dos direitos sociais” que as melhorias econômicas não foram capazes de suprir. Segundo ele, estamos frente a uma típica mobilização do proletariado precarizado com demandas sociais e de ampliação do seu direito à cidade.

O artigo de Jorge Luiz Souto Maior tem um *approach* jurídico das mobilizações de junho de 2013 e as considera “como manifestações políticas legítimas”. Além de questionar a estrutura repressiva adotada pelos governos, o autor recorre a Constituição Federal para reconhecer a adequação dessas lutas aos preceitos do direito social.

Venício A. De Lima aborda o tema das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Se ele releva a importância das mesmas, também ressalta a força da velha mídia como “espaço formador da opinião pública”. Para o autor, existe um paradoxo entre as redes sociais e a velha mídia, paradoxo que se expressou de forma específica quando esta mudou sua visão sobre o movimento e tentou, se não cooptar, pelo menos pautar as manifestações.

Leonardo Sakamoto identifica o Twitter e o Facebook como ferramentas permitindo também “plataformas de construção política”, ou seja, novas formas de política e de participação social. A importância dessas ferramentas se destaca ainda mais frente à crise do sistema político representativo, segundo ele. Apesar da força dessas ferramentas, Leonardo Sakamoto demonstra também a fraqueza delas quando se trata de cultura política abrangente.

O artigo de Slavoj Žižek, que conclui esse livro, propõe um nível comparativo de análise entre países vivenciando um período de rápido desenvolvimento. Por exemplo, o caso das manifestações na Turquia é parecido com o caso brasileiro, pois em ambos os países uma pauta de pequeno alcance acabou desencadeando grandes manifestações que trouxeram à superfície um mal-estar mais profundo. O autor vai ainda mais longe quando liga esses protestos junto à Primavera Árabe, às manifestações na Europa e ao movimento Occupy como reações ao capitalismo global.

Finalizamos essa resenha pelo artigo introdutório do livro, onde Raquel Rolnik parabeniza essas visões analíticas diversificadas frente às demandas heterogêneas provenientes das próprias ruas e da “guerra de interpretações das vozes rebeldes”. Apontando as diversas agendas e suas aparentes contradições que emergiram das ruas, ela ressalta a imagem de um Brasil mais cidadão.

Nesse texto de apresentação, Raquel Rolnik sugere uma grade de leitura das diversas propostas justamente em termos de agendas. A primeira agenda seria um enfoque sobre a efetivação e ampliação dos direitos sociais. Como descrito por Ruy Braga por meio de um recorte histórico desde os anos 1970. Nessa mesma agenda, a afirmação do direito à cidade se encontra no texto/manifesto do Movimento Passe Livre através da tarifa de transporte, visão compartilhada por João Alexandre Peschanski. Esse mesmo direito à cidade é, segundo Silvia Viana, reivindicado por movimentos culturais. A agenda da reforma urbana é evidenciada pelo texto de Ermínia Maricato que, segundo Raquel Rolnik, é descrita como quase abandonada ao mercado pelos poderes públicos e atualmente encontra-se em jogo por meio de megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos olímpicos de 2016). Outra agenda apontada é a questão da participação e da representação no artigo de Venício A. de Lima. O artigo final de Slavoj Žižek opera uma ligação entre os diversos movimentos compostos por jovens que se alastraram em grandes cidades do mundo inteiro.

Os diversos ângulos de análise do livro são prolíficos para quem deseja ter uma visão ampla dos acontecimentos de junho de 2013 no Brasil. Além disso, os artigos de autores estrangeiros permitem propor certas modalidades analíticas propícias à perspectiva comparativa. Todavia, podemos ressaltar a falta de análises mais profundas de outras cidades que não sejam São Paulo e Rio de Janeiro.